

Democracia esgarçada

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

O século XXI tem se caracterizado pela volatilidade e a tendência de precarização geral. Quem sabe ou pressente, obtém lucro nas Bolsas

No que tudo isso vai dar agora com os prenúncios de uma guerra comercial? Seria um plano de ajuste planetário em andamento? Se os EUA endurecerem, se a China fizer frente e retirar um montante significativo de dólares dos títulos americanos, como os EUA poderiam cobrir o rombo? O que a China faria com um montão de dólares nesta fase de muita liquidez e poucas oportunidades de investimentos fora da especulação? Quais seriam as consequências para a economia global?

A ausência de equilíbrio econômico e financeiro entre as nações sempre tende a provocar confrontações comerciais. Cada país precisa produzir matérias-primas, alimentos, industrializados, empregos, melhora das condições de vida; sem isso não há base nem para serviços. A continuada ampliação de itens importados leva ao declínio geral. Faltam diretrizes para inverter a situação e equilibrar as contas internas e externas.

A pendência não está apenas no déficit comercial. O preponderante parece ser o embate pela hegemonia tecnológica, fator importante que ainda falta para consolidação da posição dominante da China. Importações americanas de itens especiais serão taxadas com 25% de alíquota. Itens para o consumidor americano ficam preservados de reajuste de preços, mantendo a inflação baixa. Todavia, para os países atrasados os problemas continuam.

O Brasil se defronta com o atraso que se impôs na indústria, que hoje funciona mais na base de automação, tecnologia, economia de escala, juros e mão de obra de baixo custo. São fatores que travam as possibilidades de crescimento e difíceis de serem solucionados, mesmo se a taxa de juros Selic for reduzida, medida indispensável para conter o aumento da dívida. Esse é o grande desafio para a reação do PIB que se ressentido do crescimento de importações.

Uma economia com força nas commodities tem de estar atenta para não regredir como vem ocorrendo no Brasil, onde as novas gerações estão

decaindo no apagão mental. A tecnologia é um processo contínuo de desenvolvimento; sem indústrias pujantes, esse processo fica naturalmente travado.

O presidente da China, Xi Jinping, está certo em defender os interesses dos 1,3 bilhão de chineses, assim como Trump desponta como defensor dos americanos. No entanto, somos todos habitantes da Terra, e nesta era industrial-financeira-digital o fortalecimento de uns tem se dado sempre com o enfraquecimento de outros, predominando as recomendações maquiavélicas de como exercer e conservar o domínio. Nesta época difícil, o dinheiro sempre fala mais alto do que o bom senso.

O mundo vive o desequilíbrio global na natureza, na economia e finanças. O descaso com a natureza permanece gerando consequências negativas, sempre prejudiciais aos seres humanos descuidados com o sentido da vida. Os abusos cometidos para satisfazer cobiçosos interesses particulares, em prejuízo do interesse geral das nações, esgarçaram a democracia e a economia. Foram muitos erros além das quadrilhas instaladas no poder.

Num mundo com mais de sete bilhões de pessoas, a condução da massa tem se caracterizado pela fragmentação que reduz a resistência das reivindicações. O Facebook trouxe para a população em geral uma possibilidade inovadora de comunicação. Sem dúvida é esse o grande potencial das redes sociais, até então existente apenas através da força do fluxo dos pensamentos que agora podem ser articulados em posts, o que tem sido objeto de críticas e investigações.

O problema grave no Facebook é a rápida expansão de notícias falsas que podem ser geradas a partir da análise das informações pessoais dos usuários, de seus anseios e suas insatisfações que ficam à disposição das corporações e dos falsos profetas que, prometendo o que não podem cumprir, carregam os incautos para o abismo. Dá para sanar os inconvenientes e aproveitar a parte boa para o enobrecimento da humanidade e melhora geral?

(*) - É articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). É autor dos livros: Nola - o manuscrito que abalou o mundo; 2012...e depois? Desenvolvimento Humano; O Homem Sábio e os Jovens, entre outros. E-mail: (bicdutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

Câmara retoma votação do aumento de pena para crimes de pirataria

O Plenário da Câmara volta do feriado com votações já na segunda-feira (2) para analisar propostas de segurança, economia e família

O primeiro item previsto na pauta é o que aumenta as penas para quem comete crimes relacionados à falsificação ou imitação de produtos. Hoje, a punição máxima é de 1 ano de prisão, em regime aberto ou semiaberto. O projeto passa para 4 anos de prisão em regime fechado.

Também está prevista a análise da proposta que obriga o governo a instalar bloqueadores de telefonia em presídios, usando o dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Na terça-feira (3), os deputados poderão votar a criação do Sistema Único de Segurança Pública, cujo texto vem sendo negociado nas últimas semanas.

De autoria do Poder Executivo, a proposta estabelece os princípios e as diretrizes dos órgãos de segurança e prevê a proteção aos direitos humanos e fundamentais; a promoção



Deputados vão analisar proposta que prevê 4 anos de prisão para quem comete crimes relacionados à falsificação ou imitação de produtos.

da cidadania e da dignidade do cidadão; a resolução pacífica de conflitos; o uso proporcional da força; a eficiência na prevenção e repressão das infrações penais; a eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres; e a participação comunitária.

Oliver da oposição, deputado José Guimarães (PT-CE) também acredita que é possível a votação do Susp nesta semana, desde que a proposta contemple algumas sugestões da bancada. "É preciso ter o acordo, a partir do que colocamos como

central, incorporar no projeto a ideia do SUS, sistema integrado nacionalmente", disse. Também na pauta está o projeto que regulamenta a atividade de lobby e de grupos de pressão junto ao setor público (Ag. Câmara).

Reforma tributária favorece as pessoas de menor renda

O atual sistema tributário brasileiro é complexo, ultrapassado e injusto, sacrificando os trabalhadores. Os que ganham menos pagam mais tributos, proporcionalmente, e têm seu poder aquisitivo reduzido. Situações como essas serão mudadas com a aprovação da reforma tributária proposta pelo PSDB. O partido defende uma reestruturação capaz de desonerar o consumo, tornar o sistema mais justo, gerar empregos e riqueza para o país. Um dos maiores especialistas no tema no Congresso, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) está à frente deste trabalho.

Debatida em comissão especial, a proposta do parlamentar tucano simplifica e desburocratiza o sistema. Entre as medidas sugeridas estão a eliminação dos impostos sobre alimentos e medicamentos. Na prática, as pessoas de menor renda terão mais dinheiro disponível. Isso é bom para as famílias e bom para o país, pois automaticamente a economia será aquecida.

A proposta encontra apoio nos mais diversos segmentos e tem respaldo entre parlamentares de vários partidos políticos. Apesar disso, ainda não há previsão para apreciação da matéria. Diante da urgência de mudar o sistema, os deputados do partido têm, reiteradamente, defendido a aprovação da reforma.

O deputado Lobbe Neto (PSDB-SP) afirma que o sistema tributário brasileiro é um dos piores do mundo e que está na hora de modernizá-lo. Ele reforça que a proposta do partido tem um importante cunho social. "Quem ganha pouco pagará menos impostos, enquanto quem ganha mais pagará mais. Vamos fazer uma grande justiça social", afirma (psdbnacâmara).

Mais uma ação contra Cabral por prejuízo de R\$ 36 milhões

O Ministério Público (MP) do Rio de Janeiro ingressou com ação civil pública contra o ex-governador Sérgio Cabral pela concessão de isenção fiscal tributária à Fetranspor. A medida levou à isenção de 50% no valor do IPVA para empresas de ônibus e, segundo o MP, teria causado prejuízo de R\$ 36 milhões aos cofres públicos. A informação foi divulgada em nota, ontem (28). O benefício foi concedido por meio de decreto assinado por Cabral em janeiro de 2014.

Além do ex-governador, também foram denunciados o empresário do setor de ônibus Jacob Barata Filho e os ex-dirigentes da Fetranspor Lélis Marcos Teixeira, José Carlos Reis Lavouras e Marcelo Traça Gonçalves. Foram denunciados ainda o ex-presidente do Conselho Superior do Rio Ônibus, João Augusto Morais Monteiro, a própria Fetranspor e o Estado do Rio de Janeiro.

O MP sustenta que o pedido de isenção de metade do IPVA foi feito pelo empresário



Ex-governador Sérgio Cabral.

Jacob Barata Filho a Cabral, em dezembro de 2013, e que, ao editar o decreto, já no mês seguinte, o então governador violou seu dever funcional, uma vez que a questão já havia sido julgada como inconstitucional pelo TJ-RJ. Ainda segundo os promotores as planilhas dos colaboradores indicam que, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014, o caixa 2 da Fetranspor registrou o repasse de R\$ 13 milhões ao governo do Rio.

"Vale lembrar que a desoneração é praticada em mais de 20 capitais com isenção total do imposto ou com redução de alíquota. No caso do Rio de Janeiro, o desconto foi a opção encontrada pelo Poder Público para atenuar o desequilíbrio do contrato de concessão gerado pelo congelamento da tarifa em 2013. O efeito da desoneração do IPVA representa 0,5% do valor da tarifa que deveria ter sido concedida", informou a Fetranspor (ABR).

Proposta visa garantir prisão após segunda instância

A Câmara analisa proposta que modifica a Constituição de 1988 a fim de permitir a prisão imediata de réus condenados pela Justiça em segunda instância (tribunais). A alteração está prevista na proposta do deputado Alex Manente (PPS-SP). Pelo texto, após a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso, o réu já será considerado culpado, podendo ser preso. Hoje, o texto constitucional estabelece que o réu só pode ser considerado culpado após o esgotamento de todos os recursos em todas as instâncias.

Para Manente, a atual previsão constitucional de que ninguém deverá ser considerado culpado até o trânsito em julgado remonta o período de repressão que marcou o regime militar (1964-1985). Manente entende que, passados 30 anos, o momento político-constitucional é diferente. "Acreditamos que hoje o princípio da presunção de inocência já está garantido e, mesmo com provas suficientes para a condenação em primeira instância, o réu ainda pode re-



Alex Manente: princípio da presunção de inocência já está garantido.

correr, em grau de recurso, aos tribunais, que é onde se encerra a análise de fatos e provas sobre a culpabilidade", destaca.

O deputado argumenta ainda que os recursos cabíveis da decisão de segundo grau, ao STJ ou ao STF, não devem servir para discutir fatos e provas e sim matérias processuais. "Portanto, mantida a sentença condenatória, estará autorizado o início da execução da pena", disse.

Em 2016, o STF mudou a jurisprudência vigente até então e passou a permitir o cumprimento de sentença penal condenatória após confirmação em grau de recurso (2º grau). A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça quanto à admissibilidade. Se aprovada, será examinada por comissão especial quanto ao mérito e votada pelo Plenário em dois turnos (Ag. Câmara).

PPS não vai dividir candidaturas lúcidas

O Partido Popular Socialista (PPS) desistiu de concorrer à presidência da República por acreditar que o lançamento de vários nomes diminui a chance de uma candidatura responsável — e que traga esperança de um Brasil melhor —, chegar ao segundo turno. Por isso, procura um nome para apoiar. Foi o que informou o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), ontem (28).

"Há, hoje, um perigo no processo eleitoral porque há pulverização de candidaturas lúcidas, cuidadosas e moderadas - vejamos que eu não usei a palavra centro. Essas candidaturas lúcidas, moderadas, responsáveis

estão perdendo e estão quase impossibilitadas de ter um representante no segundo turno, pela pulverização", disse. Segundo o senador, o partido não terá candidato próprio, mas quer encontrar um nome para apoiar, já no primeiro turno, que traga qualidades da moderação e da responsabilidade, com esperança. Hoje, nos dois extremos que aparecem nos cenários da disputa em segundo turno, há nomes que ele considera "nostálgicos", com um desenho de futuro para o Brasil que é antigo, seja do autoritarismo, seja do populismo (Ag. Senado).

Deputados federais foram ao Rio acompanhar caso Marielle

Deputados federais da Comissão Externa, criada para apurar o assassinato da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, estiveram reunidos, na tarde de ontem (28), com o chefe de Polícia do Rio, delegado Rivaldo Barbosa. O objetivo da reunião foi buscar informações sobre o andamento das investigações da morte da vereadora, e também sobre a chacina de cinco jovens, no município de Maricá. Depois da reunião, a vice-presidente da comissão, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), se mostrou satisfeita com os rumos das investigações.

"O que podemos observar é que o caso Marielle tem absoluta prioridade nas investigações do estado, existe um compromisso muito grande da chefia de Polícia, que busca não apenas os autores, mas as motivações do crime. Segundo a chefia, não existe falta de estrutura para as investigações e há total integração de inteligência no caso", disse a deputada.



Além dela, participaram da reunião os deputados Wadih Damous (PT-RJ), Alessandro Molon (PSB-RJ) e Glauber Braga (PSOL-RJ), relator da comissão. Segundo Braga, a resposta da polícia é que eles estão com a estrutura necessária para realizar as investigações e que há prioridade e motivação para se chegar aos autores do crime: "Um ponto que tivemos de retorno, até este momento, é

que há avanço na investigação".

Também participaram da reunião os delegados Fábio Cardoso, da Divisão de Homicídios da capital, e Bárbara Lomba, da Divisão de Homicídios de Niterói e São Gonçalo, além do prefeito de Maricá, Fabiano Horta (PT). As primeiras investigações da polícia e o relato dos moradores apontam para a participação de milicianos na morte dos cinco jovens (ABR).